

ANGOLA: LÍNGUAS NACIONAIS E IDENTIDADE CULTURAL

Por Amélia Arlete Mingas

14-16 de Setembro, Universidade Estatal de São Petersburgo

2005

Línguas nacionais e identidade cultural
Por Amélia Arlete Mingas
Universidade Agostinho Neto/ISCED-Luanda

Introdução

Qualquer cogitação sobre o binómio línguas/identidade reverte-se de uma complexidade extrema, na medida em que implica, de igual modo, reflectir sobre história, tradição, cultura.

No que respeita a Angola, país caracterizado por uma pluralidade linguística e cultural, qualquer menção às línguas nacionais, viabiliza a referência à assunção identitária, à diversidade cultural e linguística, à unidade na diversidade. É falar de lutas, de concessões/cumplicidades, de oposições, de construção enfim.

Se tivermos presente o papel que qualquer língua joga na estruturação de uma sociedade, porquanto é através dela que os diversos elementos que a constituem comunicam, criam e trocam experiências, fácil se torna aceitar que, falar de não importa que língua, implica fazer alusão a todos os valores sociais, culturais, linguísticos, comuns aos membros integrantes dessa sociedade e, por conseguinte, à sua identidade como grupo humano; implica também, analisar o modo como o povo que a tem como materna visualiza o seu país, o seu modo de pensar e de estar no mundo.

Nesta perspectiva e no que toca ao nosso país, impõe-se-nos que tenhamos presente o complexo e diversificado sistema comunicacional, assim como o conjunto de valores culturais que identificam o seu povo e que o aproximam ou distanciam de outros conjuntos de sistemas afins com que entram em contacto.

A história

A história do nosso país apresenta-o como uma Nação pluriétnica, plurilingue e pluricultural, induzida pelas potências colonizadoras, em função das suas conveniências económicas e políticas. Por conseguinte, a vontade expressa das distintas comunidades que a compõem, não foi tida nem achada quer na constituição dessa nação, quer na construção de uma consciência nacional ou ainda, na criação de elementos identificadores comuns.

A resistência do povo angolano à presença portuguesa manteve-se até aos anos 20 (vinte) do século passado. Para nós, torna-se evidente que a essa luta/resistência, não foi estranha a percepção da necessidade de defesa das línguas e culturas locais, relativamente à língua e cultura invasoras, estrangeiras, as portuguesas. É nossa convicção que isso não seria possível se os Angolanos não estivessem conscientes da importância efectiva e real dos seus valores culturais, sociais, da sua identidade e, por conseguinte, da necessidade premente de a defender e proteger.

Por outro lado, à semelhança do que aconteceu com outros países africanos, uma língua não originária do continente dominou e influenciou a situação e evolução linguística local, na medida em que foi imposta como única língua de utilização obrigatória em todo o país. O seu uso exclusivo facilitou, por um lado, a sua transformação em dominadora e dominante, apropriando-se de todas as funções e domínios de utilização, ao longo de vários séculos, o que limitou o uso e a adaptação à modernidade das línguas locais, ou seja das nacionais e, por outro, bloqueou o necessário desenvolvimento, expansão e promoção das mesmas.

O não reconhecimento de quaisquer tipos de responsabilidades e funcionalidades às línguas locais, bem como a proibição da sua utilização na educação formal dos Angolanos, viabilizou uma interacção muito grande entre a língua portuguesa e as últimas. Como consequência, condições foram criadas/viabilizadas, por um lado, para a propensão ao desaparecimento, verificada em algumas das línguas locais, tendo em conta o grau de interferência da língua portuguesa; por outro, para o surgimento de

sentimentos de perda de auto estima e complexos de assumir, como suas, as línguas locais, por parte de um número significativo de locutores de uma ou outra língua local.

A concessão/cumplicidade

A repressão organizada à utilização, pelos Angolanos, das línguas locais durante o período colonial, gerou uma reacção, velada, de aceitação da política linguística portuguesa, e conseqüente diminuição do número de Angolanos que usavam as suas línguas maternas para comunicar com os seus descendentes. Como resultado, foram criadas, à língua portuguesa, condições ideais para usufruir do estatuto, **de facto**, de língua de prestígio, em detrimento das nacionais e de melhor ganhar o espaço deixado vazio pelas mesmas. Assim, um número cada vez mais crescente de Angolanos passou a tê-la como materna.¹

Importa contudo referenciar que, paralelamente a essa conivência, vários trabalhos foram feitos tendo como objecto de estudo as línguas locais, e os seus autores integram dois grupos distintos nomeadamente, um formado por estrangeiros e o outro por nacionais.

Os primeiros, na sua maioria missionários, tinham, como principal preocupação criar condições para comunicar com as populações locais, na medida em que não dominando, cabalmente, as línguas por elas faladas, ser-lhes-ia difícil doutriná-las. Por isso, esforços foram feitos para viabilizar a aprendizagem das línguas locais e tradução da Bíblia nas respectivas línguas.

Quanto ao segundo grupo, o de nacionais angolanos, os trabalhos realizados implicavam uma conotação política, porquanto eles testemunhavam, através deles, a assunção da sua identidade angolana e africana.

¹ De salientar que, mesmo após a independência, a língua portuguesa continuou a ser a única utilizada como veículo e matéria de ensino, na educação formal dos Angolanos, nos media, em todos os actos públicos.

Tendo em conta as obras de carácter mais abrangente, com dados sobre as línguas, publicadas ainda em pleno século 19, importa salientar as ligadas à língua kimbundu da autoria de investigadores como António de Assis Júnior, Joaquim Cordeiro da Matta.

No que toca os estrangeiros, temos trabalhos ligados à língua kimbundu da autoria de Héli Châtelain e, em inícios do século passado, trabalhos sobre as línguas do grupo kongo, dos autores Karl Laman, Bentley; de Carlos Estermann (para as línguas do Sudoeste angolano), Francisco A. Barbosa (para as línguas cokwe) e José Valente, para a língua umbundu.

Cultura e identidade

Apesar da repressão, e talvez por causa dela, os Angolanos manifestaram sempre a sua identidade pois, da análise de alguns dos textos proverbiais produzidos, depreende-se a existência de valores sociais e culturais comuns; que estavam cientes do seu saber, que se sentiam diferentes mas nunca, inferiores aos que os dominavam. A prova, do que acabámos de afirmar, está bem patente nos exemplos que se seguem:

1- (kimbundu – O. Ribas, 1972:207)

Putu ilonga, kimbundu kilongolola ou seja, "O português ensina, o kimbundu esclarece"

Neste provérbio nota-se bem o assumir de uma língua e, conseqüentemente, da cultura por ela veiculada assim como a convicção de que o processo ensino – aprendizagem, para ser completo, total, deverá passar pela língua que melhor se conhece, ou seja, a língua kimbundu, a materna, a nacional.

2- (umbundu - Valente, 1964b): 101)

Ovindle visonhã olondaka v'amikanda; etu tuvisonhêla v'olukolo ou seja, "Os brancos escrevem nos livros; nós escrevemos no peito"

Aqui, o *escrever nos livros* materializa um acto mais frio, sem compromisso expresso do autor, ao contrário de quem *escreve no peito*, onde está o coração, a fonte da afectividade, do amor.

Nos dois provérbios acima transcritos é óbvio, o distanciamento tanto em relação ao desconhecido (os brancos, desconhecidos porque estrangeiros) como à língua por eles falada, a portuguesa; existe, em contrapartida, a aproximação aos Angolanos, (os não brancos, os que falam tão-somente kimbundu e/ou umbundu).

3 - (kikongo - Diogo António, s.d. (1996?):29)

Ana a ngudi asumbana ka zonzi ou seja "Os filhos da mesma mãe que se compreem mas não discutam"

4 - (kimbundu – O. Ribas, 1972:134)

Lukwaku ni lukwaku lusukula mukwa; mayadi masukula mu pholo ou seja, "Uma mão lava a outra; as duas lavam o rosto"

5 (kimbundu – O. Ribas, 1972:146)

Ngidi ubanda ngidi ye ou seja, "O parente eleva o seu parente"

Nestes provérbios está subjacente o sentimento de solidariedade pois, a *não discussão entre irmãos, o lavar de uma mão à outra e o acto de elevar o parente, o familiar*, pressupõem a defesa da coesão, da aproximação, da necessidade de entendimento, mesmo em situações conflituosas.

6 (iwoyo/kikongo - Francisco José (Cabinda)

Cyaku, cyaku; cingana, cingana ou seja, "O que é teu, é teu; o que é do outro, a ele pertence"

7 (umbundu - Valente, 1964:79)

Cyamãle ocisapa cyakaya cilula; nda wacyambata, wambata olusase ou seja, "O alheio é um ramo de tabaco amargoso; levando-o, levás uma faúlha"

Estes dois provérbios espelham bem o reconhecimento do direito à propriedade e do dever de respeitar a propriedade alheia.

8 (umbundu - Valente, 1964 b):45)

Longa ocinyama, kukase omunu ou seja, " Faz pontaria à fera; não firas o homem"

9 (*umbundu - Valente, 1964:184*)

Ekepa kalilinase l'ositu; omunu kavokendi l'omwenyo, ou seja, " Osso com carne não se deita fora; homem com vida não se enterra "

Aqui temos expresso o respeito pela vida e pelo direito à mesma: valores transmitidos, pelos mais velhos, às jovens gerações;

10 (*kimbundu - Domingos Kimbamba (Luanda) -*

Mu dikanu dya mwadyakimi, mubola mazu; kimubola maka ou seja, "Na boca de um velho apodrecem os dentes, não as palavras"

Reconhece-se aqui o respeito à sabedoria dos mais velhos, pelo que os seus conselhos devem ser seguidos, porquanto espelham o saber de experiências feito, que caracteriza as sociedades de tradição oral. Este provérbio é, aliás, conhecido em toda a África ao sul do Sahara.

11 - (*kimbundu - João Pinto (Luanda) -*

Kwijiya, uhete ou seja, " O saber é uma virtude"

Este provérbio dá ênfase ao valor do saber, da experiência, apanágio dos mais velhos, pelo que são respeitados pela comunidade.

12 (*kikongo - Diogo António, s. d. (1996?):23*)

Mwana fyoti lokele (bweke) nsuki tumbu kwa ambuta za antu ou seja, " O cabelo da criança ficou seco, castigo aos mais velhos"

13 (*kikongo - Diogo António, s.d. (1996?): 60*)

Nkalu ya nse vo kayele ku maza ko, ka ilendi mana unduki ko ou seja, "A cabaça verde se não for ao rio, não perderá o amargor".

Estes dois provérbios reflectem o cuidado que cada educador deve ter para com os seus educandos pois, se o cabelo da criança *fica seco*, é por descuido dos pais ou, se a *cabaça* (significando a criança) *não for ao rio* (isto é, se não for educada), a responsabilidade é, de igual modo, dos seus progenitores.

14 (*kimbundu - João Pinto (Luanda)*

Xila ijila, utunge mabanza ou seja, "Respeita as leis e edificarás cidades"

Este provérbio demonstra bem o reconhecimento da necessidade de existência de uma ordem social na constituição de uma comunidade.

15 - (kikongo - Diogo António, s. d. (1996?):23)

Tunga ye yandi, wanzaya o fu ou seja, “Constrói com ele, para que lhe conheças os hábitos”

Aqui, é salientado o valor da convivência e da habitabilidade. Para se conhecer bem uma outra pessoa, é necessário conviver com ela.

A oposição

Numa tentativa de contrariar os efeitos da política linguística colonial, diligências foram desenvolvidas no sentido de, após a independência, serem criadas as condições para que se fizesse a descrição científica das línguas locais.

Para o efeito, foi criado o Instituto Nacional de Línguas, que se tornou, alguns anos mais tarde, Instituto de Línguas Nacionais. O Instituto de Línguas Nacionais, ILN, em abreviatura, propôs alfabetos para seis das línguas locais, nomeadamente o umbundu, o kikongo, o kimbundu, o cokwe, o oxikwanyama e o mbunda. Os alfabetos foram aprovados provisoriamente, em finais de 1987, pelo Conselho de Ministros de Angola. Não foram porém, criadas quaisquer condições objectivas para a sua utilização.

Ao nível dos órgãos de comunicação social, foi criada a Rádio Ngola Yetu, que só utiliza as línguas locais² e tem desencadeado esforços no sentido de garantir que todas as línguas faladas no país sejam utilizadas nos seus programas. Foi igualmente criado um canal televisivo que utiliza sete das línguas locais.

Muito recentemente, foi apresentada à Nação, pelo Ministério da Cultura, uma proposta de estatuto das línguas nacionais, que tem como premissas maiores, a introdução dessas

² Num total de treze, a saber, umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, oxikwanyama, iwoyo, ngangela (mbunda, lucazi), lunda-ndembo, songo, nyaneka luvale e kuvale.

línguas na educação formal dos Angolanos e a sua utilização em todos os actos públicos.

A Universidade Agostinho Neto criou, em duas das suas unidades orgânicas, nomeadamente na Faculdade de Letras e no ISCED-Luanda, o Departamento de Línguas e Literaturas Africanas, para formação de investigadores³ e para a de formadores de formadores⁴.

Por decreto presidencial, foi criada uma Comissão para análise e apresentação de propostas para a necessária adequação ortográfica dos topónimos, com vista à harmonização da escrita das línguas nacionais e da cultura nacional em todo o país.

A construção

Sendo Angola, como o afirmámos, o resultado de vontades alheias aos interesses dos seus habitantes, o seu património cultural desenvolveu-se, em parte, a partir de elementos exógenos, pelo que, pensamos nós, importa modificar a situação investindo nos endógenos. Assim, como primeira premissa, pensamos ser urgente que se admita a necessidade de construção da identidade angolana, identidade essa, múltipla e abrangente, se capaz de reunir os valores culturais, sociais e linguísticos, característicos e intrínsecos a cada uma das comunidades que compõem o seu povo.

O processo dessa construção compreenderá dois momentos cruciais, consubstanciados, numa primeira instância, na aproximação ao outro, o que implicará uma *identificação* com o conjunto do povo angolano e, numa segunda, no distanciamento relativamente ao outro, (o estrangeiro) que viabilizará a *identização* ou assunção da uma identidade própria, específica, relativamente a tudo o que lhe é estranho.

A concretização deste processo constituirá, obviamente, um dos fundamentos na estruturação das relações de alteridade na sociedade angolana.

³ Este curso data de há quatro anos, na Faculdade de Letras.

⁴ Esta formação teve início no ano transacto.

Por outro lado, importa ter presente que a identificação, como uma categorização, participa na construção da nação que, estamos certas, se materializa, dia após dia, no nosso país, independentemente das nossas vontades.

Convém contudo frisar, que a viabilidade e fiabilidade desta actividade só serão uma realidade se o conhecimento e investigação das línguas locais, nacionais forem considerados como premissas indispensáveis.

É que, constituindo elas a base do processo comunicacional do país e real depositário dos saberes e sentires locais, só através delas chegaremos ao saber total, ao *saber angolano*. Nesta perspectiva, é óbvia e evidente a necessidade de um inventário de todos os valores que caracterizam as diversas comunidades do país para que, uma vez conhecidos por todos os Angolanos, possa ser evidenciado o importante papel que as línguas nacionais jogam na assunção da nossa identidade, na medida em que elas são o seu veículo de transmissão.

Conclusão

Decorrente do que acima afirmámos, é evidente que o património linguístico e cultural deve ser encarado como factor estruturante e singular, na medida em que funciona como assegurador da identidade de qualquer comunidade. Nesta conformidade, impõe-se e é urgente que se tomem medidas no sentido de viabilizar uma política linguística capaz, não só de gerir a situação linguística actual mas, sobretudo de proteger, promover e difundir as línguas nacionais, criando condições objectivas para a formação de técnicos capazes de garantir não só o estudo, a protecção e difusão das mesmas, mas também de assegurar a sua investigação.

Impõe-se igualmente, por outro lado, a elaboração de uma estratégia que tenha como ponto de partida a diversidade e, de chegada, a unidade. Uma unidade mais rica e, porque reunindo os valores dos diversos grupos que constituem o povo angolano, se tornará óbvia e naturalmente, mais abrangente, mais real, enfim, TOTAL.

Bibliografia

ANTÓNIO, Diogo, 2000

Provérbios em kikongo, Verona, Topografia don Calabria

CARVALHO, Paulo de, 1982

Estrutura social e linguagem (O caso de Angola colonial), CEA, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

CESAIRE, Aimé, 1959

L'homme de culture et ses responsabilités, Paris, Présence Africaine

DUARTE, B. 1975

Literatura tradicional angolana, Benguela, Editora Didáctica de Angola

GONÇALVES, António Custódio, 1999

Gestão política das identidades culturais: Desafios à democratização, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 3, 2000, Porto.

MINGAS, Amélia Arlete, 2000

A importância das línguas nacionais na união do povo angolano, Luanda, intervenção apresentada na Universidade Jean Piaget de Angola.

—————, 2002

Línguas étnias e nação, Moscovo, intervenção apresentada na Universidade Estatal de Moscovo.

—————, 2005

Culture populaire traditionnelle et modernité, intervenção apresentada no Workshop Stories Across Africa, Cape Town, Universidade de Cape Town.

Angola: Línguas Nacionais e Identidade Cultural, São Petersburgo, Universidade Estatal de São Petersburgo

RIBAS, Óscar, 1962

Missosso. Vol. I, Luanda.

VALENTE, José F. 1964

Seleção de provérbios e adivinhas em umbundu, Lisboa